

MÉTODOS ATIVOS DE ENSINO E OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS PROFESSORES RESPONSÁVEIS PELA EDUCAÇÃO DO CAMPO EM TUCANO-BA

Eratostenes Nascimento Matos

Graduando em Ciências Biológicas, AGES Tucano
eratostenesn@gmail.com

Manoel Andrade dos Santos

Graduando em Geografia, AGES de Tucano
manoelandrade_geografia@outlook.com

Felippe Pessoa de Melo

Graduação em Geografia-UPE, Especialização em Programação do Ensino de Geografia-UPE, Mestrado em Geociências e Análise de Bacias-UFS/PGAB, Doutor em Geografia-UFS/PPGEO, Faculdade AGES de Tucano
felippemelo@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A desigualdade social é um fator de grande interferência no que se refere ao acesso à educação de qualidade, no que tange a educação do campo ou até mesmo da educação pública de uma maneira geral, seja ela do campo ou não. Desse modo, os indivíduos que estudam no campo, em um dado momento da jornada estudantil, têm que realizar suas matrículas em algumas escolas do espaço urbano.

[...] a escola continua sendo um produto social desigualmente distribuído. Desigualdades no ingresso aos diferentes tipos e níveis de ensino persistem, ainda que se manifestem hoje de forma menos maciça e mais sutil. Essas desigualdades são moduladas por filtros socioeconômicos, raciais, localização (urbana, rural) e por tipo de rede escolar (pública, particular). Há, portanto, dois problemas fundamentais: a qualidade do ensino de uma forma geral e as desigualdades entre os estratos sociais. (SOARES; ALVES, 2003, p. 149).

Além disso, vale salientar, que é justamente essa transição do campo para a cidade que acaba dificultando e tornando o acesso à educação ainda mais precário e difícil para as pessoas com menores condições financeiras. Precário pelo fato desses estudantes terem que se deslocar até a escola, muitas vezes em um transporte lotado, enfrentando alguns desconfortos, como calor, por conta da falta de ventilação do veículo; bancos quebrados, que acaba sendo um empecilho para que os discentes possam ir sentados, além da demora em chegar até a escola. É válido destacar também que muitas vezes esses discentes têm que escolher entre o trabalho e o estudo, já que em tempo de plantação ou colheita, essas ações são desempenhadas por eles e seus familiares, para que assim seja possível obter o “pão de cada dia”, ou seja, o sustento financeiro da família.

A maior parte do tempo – na educação presencial e a distância – ensinamos com materiais e comunicações escritos, orais e audiovisuais, previamente selecionados ou elaborados. São extremamente importantes, mas a melhor forma de aprender é combinando equilibradamente atividades, desafios e informação contextualizada. Para aprender a dirigir um carro, não basta ler muito sobre esse tema; tem que experimentar, rodar com o ele em diversas situações com supervisão, para depois poder assumir o comando do veículo sem riscos. (MORÁN, 2015, p. 17).

Ademais, é preciso ponderar também que os estudantes da zona rural, assim como os demais, às vezes, não querem estar em um ambiente escolar com um educador(a) que apenas transmite informações, sem ao menos atrelar àqueles conteúdos a realidade deles e sem mostrar utilidade daquelas informações para suas vidas. Todos esses fatores, e alguns outros, contribuem para que esses indivíduos percam a vontade de ir e de estar em um ambiente de ensino-aprendizagem.

A formação de professores no Brasil é um tema historicamente presente nos debates acadêmicos, nas preocupações dos gestores públicos e no cotidiano das escolas. Não sem razão, visto que, ao longo do tempo, observa-se que várias necessidades da prática escolar, referem-se à fragilidade na formação docente no País. Quando focalizamos a formação de professores para atuação em escolas do campo, a questão se torna ainda mais complexa. Só é possível compreendê-la puxando os fios que se entrelaçam em diferentes espaços e temporalidades e concentrando o olhar em determinados aspectos. Um trabalho de fôlego, o qual está a exigir muitas mãos, visto que suas múltiplas determinações exigirão leituras interdisciplinares. (MOLINA; ANTUNES ROCHA, 2014, p. 221).

Ser professor/orientador na contemporaneidade exige que os docentes por meio da formação continuada aprimorem cada vez mais seus conhecimentos, devido à globalização da informação e a espacialização dos meios de comunicação, que dinamizaram o processo de ensino-aprendizagem, trazendo as tecnologias para o contexto educacional e ressignificando as metodologias de ensino. Dentro desse contexto, o educando deixa a passividade e se torna autônomo na construção do seu conhecimento, em interface a educação do campo às novas práticas pedagógicas auxiliarão no desenvolvimento da criticidade, e de princípios éticos e morais necessários para erradicação de práticas discriminatórias que inferiorizam os valores e costumes do campo. Sendo assim, deve-se pensar uma educação que promova a inclusão e rompa com paradigmas preconceituosos.

Diante disso, a presente pesquisa tem como objetivo analisar os métodos ativos de ensino e os desafios enfrentados pelos professores responsáveis pela educação do campo em Tucano-BA.

Conforme Molina e Antunes Rocha (2014) na formação de professores(as) para mediar a educação do campo, não há espaço para uma visão convencional de ensino, por conta que as práticas pedagógicas dos mesmos deverão obrigatoriamente ser organizadas

com o objetivo de promover rupturas com as formas de ensino tradicionais. O educador do campo precisa entender a responsabilidade do seu papel no que diz respeito à construção de opções de organização do trabalho escolar, as quais devem ter como intuito principal, proporcionar modificações na concepção tradicional de funcionamento do ambiente escolar.

MÉTODO

As metodologias ativas, conforme Morán (2015), são formas de ensinar que podem proporcionar aos estudantes maiores benefícios na aprendizagem. Pois, as formas convencionais de ensino, não são tão significativas para o momento atual, pelo fato da evolução tecnológica estar acontecendo cada vez mais rápida e promovendo interferências cada vez mais significativas em todas as áreas profissionais, principalmente na área educacional.

Vale ressaltar, que ainda de acordo com Morán (2015), os métodos ativos são formas de ensino mais inovadoras e que levam em consideração a realidade dos discentes e na qual o mundo se encontra. Além disso, as formas ativas de ensino tiram o professor como o centro do processo de ensino-aprendizagem e foca nos discentes, fazendo com que eles desenvolvam ainda mais a criticidade e também o espírito de liderança, empatia e dentre outros benefícios que podem ser proporcionados por essas técnicas de ensino.

Porém, vale salientar, que o docente deixa de ser apenas transmissor e passa a assumir outras funções extremamente importantes para o progresso positivo dos educandos, como de motivar, despertar a curiosidade, cativar e orientar os caminhos pelos quais eles devem seguir para alcançar determinados objetivos, habilidades e competências.

Dessa forma para dar densidade teórica/prática a essa pesquisa, as ideias e caminhos pretendidos por Mônica Castagna Molina e Helana Célia de Abreu Freitas (2011), demonstram a inversão ideológica programada pelos Movimentos dos Educadores do Campo, dado que emergem do ponto central dos movimentos revolucionários de reivindicação à terra, objetivando uma mudança paradigmática com relação aos moradores da Zona Rural, pondo essa classe marginalizada como protagonista, e assim discutindo práticas econômicas, políticas, sociais e educacionais, em busca da valorização da cultura do campo, bem como seus direitos de cidadania.

Partindo da perspectiva de universalidade do direito à educação, as autoras propõem uma reflexão da efetividade desta, trazendo as contradições que existem dentro das práticas educacionais do campo, o qual foram submetidas a um modelo hegemônico curricular, que salienta os aspectos de uma cultura dominante, e através desta, prolifera ideais políticos e econômicos, com vista a alienação dos indivíduos sociais. Portanto, a educação do campo

surge com essa finalidade de contra-hegemonia, criando um projeto educacional integrado a um projeto político de transfiguração social.

Ainda conforme Molina e Freitas (2011) comungam sobre a obrigatoriedade de os Estados em confluência aos municípios criarem políticas públicas específicas, com objetivos de suprirem e repararem ações políticas e educacionais que desvalorizavam e discriminavam as populações do campo, atrelando-os, a um povo com cognição inferior e atrasado economicamente, politicamente e em ambos outros aspectos sociais.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A estruturação da presente pesquisa, a priori, se deu por intermédio do estudo bibliográfico de artigos, livros, teses e dissertações em revistas científicas, sendo os periódicos com qualificação entre A e B, fontes essas que contribuíram significativamente para o desenvolvimento do presente estudo. Posteriormente aqueles que mais se conectavam com o objetivo da pesquisa, embasaram as discussões ao longo da produção.

Ademais foi utilizada a técnica de amostragem por acessibilidade, em que “O pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo” (GIL, 2008, p. 94). Sendo o universo da pesquisa os docentes da rede pública de ensino da cidade de Tucano-BA, dessa população foi retirada uma amostra, que foram submetidos a questionários e entrevistas, na qual a aplicação ocorreu de modo virtual, devido as condições da pandemia do Covid-19.

Desse modo as questões foram divididas em dois modelos de empregabilidade, um primeiro, usando o *Google Forms* (formulários disparados em mídias sociais de professores da educação do campo em Tucano-BA), em um segundo momento a coleta de dados sucedeu-se por meio de entrevistas, através de ferramentas como *Google Meet*, por último a tabulação de dados, análise dos resultados obtidos com o questionário e as entrevistas, fazendo confronto de falas dos pesquisados com as teorias estruturantes da pesquisa e ainda com as hipóteses iniciais desse estudo.

EDUCAÇÃO DO CAMPO: LEIS, DIRETRIZES E BASES

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação é a Lei máxima da educação, através dela se define as linhas mestras do ordenamento geral da educação brasileira, tendo como um dos seus principais princípios a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, princípio esse decorrente da Constituição Federal de 1988, ou seja, toda e qualquer pessoa tem o direito à educação, independentemente de cor, sexo, raça, idade, condição física, etc. (RODRIGUES; BONFIM, 2017, p. 1378).

Dessa forma, é importante destacar, que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação tem como princípios a igualdade de condições para se ter acesso e permanência no ambiente estudantil, no entanto, na maior parte dos casos, isso não acontece, justamente pelo fato de preconceitos que vários indivíduos sofrem por profissionais da educação, pelos próprios colegas de turma ou demais indivíduos da escola pela cor, sexo, raça, condição física e entre outros, o que acaba desencadeando a exclusão dos estudantes e, possivelmente, a desistência dos mesmos de continuar estudando. E, vale frisar, que quando se trata de educação do campo, o caso fica ainda mais complexo, tanto pela falta de estrutura de algumas escolas como pela falta de profissionais preparados e empenhados em promover uma aprendizagem significativa para os discentes.

A LDB/96 foi um avanço com relação à educação do campo, pois delineou as principais ideias que norteiam esse tipo de educação, determinando legalmente como deve ser a metodologia, o currículo, a organização das escolas situadas no campo, bem como questões envolvendo o calendário escolar que no campo diverge do calendário das escolas do meio urbano, por conta de situações climáticas e fases do ciclo agrícola. (RODRIGUES; BONFIM, 2017, p. 1379).

Quando se fala em educação do campo é muito importante ter em mente que algumas leis não são cumpridas por algumas instituições de ensino, principalmente no que diz respeito às fases do ciclo agrícola, pois, em alguns casos, esse ciclo pode acontecer em períodos de avaliações e a maior parte das escolas exigem que seja apresentado um documento que comprove o real motivo do não comparecimento do estudante no dia em que ocorreu a avaliação. No entanto, não é possível alguns estudantes emitirem um documento comprovando que eles estavam realizando atividades de plantio ou colheita de alimentos, e por isso, muitos não têm uma segunda oportunidade para realizar a(s) avaliação(ões).

METODOLOGIAS ATIVAS E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

O mundo desde seu surgimento passa por inúmeras transformações, e por consequência, tudo o que está presente e faz parte dele também acaba sendo afetado por essas modificações constantes. No entanto, a educação, apesar de suas inúmeras mudanças desde seu aparecimento, acabou ficando para trás em muitos aspectos, principalmente no que diz respeito a forma como acontece a mediação de conteúdos em sala de aula. Em que, desde os primórdios, os conteúdos são transmitidos pelos professores(as) e os estudantes apenas recebem todas àquelas informações e tentam fixá-las e/ou decorá-las para que assim possam alcançar a média e até mesmo passar dela para conseguirem ir para o próximo ano

letivo, e frente a isso, é nítido que o processo de ensino-aprendizagem extremamente tradicional, o qual é focado no professor(a), não está sendo algo tão significativo para muitos estudantes da geração atual.

Existe uma diferença categórica na aprendizagem significativa em relação à aprendizagem automática. Enquanto a primeira faz um elo de relação entre informações preexistente na estrutura cognitiva do indivíduo com o conteúdo novo, de forma não arbitrária e substantiva, a outra ocorre quando a assimilação se dá pela técnica da arbitrariedade, ou seja, um meio de memorização que ignora os elementos do conhecimento prévio do aluno. (DANTAS, 2017, p. 22).

Um outro ponto que é extremamente válido destacar é o uso de aparelhos tecnológicos, os quais são terminantemente proibido em muitas instituições de ensino. Mas apesar dessa proibição, em algumas escolas existem computadores para que os alunos e professores possam usufruir destas ferramentas, entretanto, muitos aparelhos ou não funcionam, ou não têm internet para que os educandos e educadores possam fazer pesquisas e entre outras coisas. Em alguns casos, até os próprios professores(as) não sabem utilizar tais aparelhos, e por isso, não levam os discentes para a sala de informática, como é chamada em algumas escolas.

Com base nisso, foi possível perceber o quanto a educação está atrasada no sentido de utilização e oferta de diferentes ferramentas para o processo de ensino, apesar das muitas transformações pelas quais passaram e vêm passando e o porquê que muitos alunos deixam os ambientes de ensino-aprendizagem, que é justamente por não se sentirem cativados, acolhidos e motivados a querer aprender. O que só comprova que os métodos de ensino extremamente tradicionais não funcionam tão bem como antes, isso está acontecendo pelo fato que, o acesso à informação estar mais fácil, para algumas pessoas, nos tempos atuais. Por meio de simples pesquisas no *Google* ou até mesmo em outros aplicativos é possível ter acesso a uma imensidão de informações sobre determinado tema.

[...] as metodologias ativas no cenário atual possibilitam por meio de sua aplicação uma compreensão do desenvolvimento, pois o professor, ao deixar de ser o ponto central da aula, assume a posição de mediador, ficando mais próximo do aluno. Com isso, amplia sua visão sobre o processo de aprendizagem e consegue manter, de forma mais efetiva, uma interação com os alunos, além de conquistar a desenvoltura de cada aluno. (REIS, 2018, p. 88).

Por isso, o papel de muitos educadores tem que mudar, e passar de transmissor para motivador, mediador, curador e entre outros. Informação os estudantes já têm, porém, eles precisam ver significado e aplicabilidade na vida deles para aquilo que está sendo estudado.

Nas metodologias ativas de ensino, o professor(a) deixa de ser o centro do processo, e coloca os estudantes como foco. Fazendo com que o eles desenvolvam inúmeras habilidades de competências que os ajudarão em suas vidas de uma forma muito positiva a depender de como eles irão usar elas.

Conforme Mórán (2015) os ambientes que atuam na educação formal terão significância quando tiverem modelos de ensino mais eficazes, cativantes e adaptados aos discentes de hoje. Quando superarem os modelos conteudistas predominantes, em que tudo é pensado antes e é executado da mesma maneira para todos, ao mesmo tempo, e utilizando técnicas tradicionais.

A IMPORTÂNCIA DA UTILIZAÇÃO DAS METODOLOGIAS ATIVAS NA OFERTA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

O acesso à educação de qualidade tem sido algo cada vez mais distante da realidade da maior parte das pessoas que dependem da rede pública de ensino. Principalmente as pessoas que moram na zona rural e têm que se deslocar até o ambiente estudantil na zona urbana por falta de escola no local onde residem, ou até mesmo por falta de professores e estrutura para receber indivíduos de todas as séries e faixa etária. E mais uma vez, é perceptível a importância de utilizar as metodologias ativas para ofertar uma educação mais significativa e eficaz para os estudantes, claro, que para isso, não é necessário apenas ter profissionais, mas também infraestrutura para que as técnicas ativas surtam o efeito esperado pelos educadores.

As metodologias ativas não são ferramentas rígidas, são ferramentas que podem inclusive ser customizadas pelos próprios alunos a seu tempo. Podemos citar como exemplo, a sala de aula invertida em que o aluno, ao buscar informações sobre determinado conteúdo diante de uma provocação do professor, depara-se com uma grande variedade de possibilidades de desenvolvimento do mesmo tema. (REIS, 2018, p. 88).

Entretanto, profissionais da educação precisam realizar algumas alterações na forma de aplicação desses métodos, tanto pela falta de infraestrutura como pela falta de recursos de muitos educandos. Mas desde já, é perceptível que métodos extremamente convencionais não são tão viáveis pelo fato de muitos estudantes já estarem desmotivados e cansados por conta de tantas responsabilidades que muitos têm, como de ajudar os pais na época de colheita e de plantio, geralmente de milho e de feijão, e entre outras tarefas cansativas. E também pelo fato de não verem significado e aplicabilidade na vida deles em aprender

inúmeros conteúdos. E essa desmotivação, é um dos fatores que contribui para que aconteça a evasão escolar.

SACRIFÍCIOS REALIZADOS PELOS ESTUDANTES PARA TER ACESSO À EDUCAÇÃO

Quando se fala em acesso à educação de qualidade é preciso ponderar inúmeras situações, desde o transporte a infraestrutura e tudo que compõe um ambiente estudantil, além da inclusão dos estudantes em sala de aula. E é muito comum ver a precariedade de transportes públicos que são encarregados por transportar exclusivamente alunos da rede pública de ensino. No entanto, é importante ter em mente que o quesito inclusão dos alunos, é algo que muitas das vezes não depende apenas do professor(a) ter uma formação continuada ou algo do tipo.

São inúmeros os desafios da educação na contemporaneidade e, dentre elas, cabe destacar as mudanças emergentes no modo de ensinar a uma geração de jovens com capacidade de aprender de forma intuitiva, bem como a maneira de como os avanços e a influência da tecnologia tem impactado no comportamento das pessoas e no desenvolvimento social. (BARCELLOS, 2019, p. 20).

Além disso, é importante ressaltar que em algumas escolas do município de Tucano-BA, e outros ambientes estudantis, é comum acontecer de faltar merenda escolar por conta da verba direcionada para a compra de merenda escolar não ser suficiente para todos os alunos da escola. O que por sua vez, acaba prejudicando o desenvolvimento positivo dos discentes, já que é praticamente impossível se concentrar nos estudos “de barriga vazia”. Ademais, acreditar que um estudante nessa situação vai conseguir ter um aprendizado significativo é o mesmo que crer que um carro comum pode ser utilizado sem pneus e gasolina.

A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Pensar a educação é uma prática contínua, e um exercício a se fazer, à procura de melhorias no campo educacional, político, econômico e social, prerrogativa esta, que se torna fundamento para construção de uma sociedade pautada nos ideais básicos dos direitos humanos. Portanto, para que a sociedade se transforme, em busca da promoção da universalidade dos direitos e oportunidade de usufruir com plenitude dos recursos produzidos dentro da sociedade, a partir do trabalho, isto é, manual ou intelectual, são necessários uma mobilização dos saberes, com finalidade de mudança paradigmática dos elementos

constitucionais da sociedade, enfatizando aqui a relevância do campo educacional na construção dos aspectos estruturantes, como a dimensão política, econômica e cultural.

A educação do campo, mais do que uma proposta pedagógica a ser implementada nas escolas da zona rural, constitui um movimento que procura questionar e se contrapor à hegemonia de uma classe (proprietária) sobre uma outra classe (trabalhadora). Nascida das reivindicações populares, tem em seu gérmen a luta pela terra; e nesse sentido, é um movimento que procura a ampliação da democracia e a superação das injustiças sociais: o acesso ao trabalho, à educação, à vida digna através da garantia aos camponeses do conjunto dos direitos sociais conquistados historicamente. (LOPES; CAVALCANTI, 2020, p. 4).

Desse modo a educação do campo, emergiu com objetivo de construir um novo modelo de sociedade, longe daquele imposto pelo regime simbólico-autoritário da classe hegemônica, em que valoriza os aspectos urbanos em detrimento da produção cultural do meio rural, por isso, a importância do contexto histórico de resistência e luta dos movimentos sociais na procura da valorização multidimensional dos saberes do campo, meio que historicamente carrega a ideologia de “espaço atrasado”, devido seus laços culturais de produção econômica, sendo assim estigmatizado como um espaço dimensional, atrelado a produção de mercadorias.

Por conseguinte, fazendo um breve panorama histórico da educação do campo, faz-se necessário pontuar sobre a educação rural, devido a conectividade de seus elementos. De acordo com Freitas (2011), a educação rural no Brasil surge por volta de 1930, com a premissa básica de civilizar o homem do campo, importando assim, valores e hábitos culturais de uma sociedade urbanoide, que está em transição para industrialização, e que a todo custo quer modernizar esse espaço “arcaico”, portanto, as políticas educacionais que surgiram nesse período eram de cunho preconceituosos e enraizaram ainda mais as desigualdades sociais, a exemplo disso o surgimento da Companhia Nacional de Educação Rural (CNER), em 1952, que propunha um movimento de aculturação, em que os indivíduos do campo deixariam seus hábitos culturais em benefício de um novo modelo cultural modernizador, totalmente capitalista.

Devido a insatisfação e subserviência do homem do campo aos mecanismos da globalização do espaço rural, após a década de 50, houve uma movimentação e organização dos movimentos sociais em prol de transformações no setor agrário, visto o cenário vigente da época, em que existia uma grande concentração fundiária e uma política de modernização, que extirpava do homem do campo o direito de trabalhar e viver dignamente, obrigando-o a migrar para os centros urbanos. Nesse momento os primeiros passos para a construção de um novo paradigma da educação do campo surgem por meio do Movimento da Educação do Campo através propostas educacionais de uma pedagogia dos movimentos sociais.

Esse debate teve suas bases numa articulação entre os movimentos sociais do campo, partidos de esquerda e setores progressistas da Igreja Católica e gerou, entre outras consequências, a construção de propostas educativas que podem ser consideradas precursoras do que surgiria, na década de 1990, com a denominação de Movimento pela Educação do Campo. (FREITAS, 2011, p. 37-38).

Entretanto, com o fortalecimento e ascendência do militarismo ao poder, em 1964, a pretensa desses movimentos sociais foram freados, sendo seus idealizadores, reprimidos e até mesmo exilados, porém, existia um foco de resistência, que se ascendeu durante o processo de redemocratização brasileiro, em meio a década de 1980, dando margem para o surgimento do Movimento da Educação do Campo, proveniente dos movimentos sociais, a exemplo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), criado em 1984, com objetivo de redistribuição equitativa das propriedades privadas e/ou devolutas.

“[...] o governo ditatorial impôs limites e controle aos segmentos populares. Educadores envolvidos com a educação popular e lideranças foram perseguidos e exilados, as universidades sofreram intervenções.” (FREITAS, 2011, p. 38).

As ideologias que norteavam os conflitos do campo, fugiam apenas da redistribuição das terras, transcendiam a isso, pensando em um instrumento que viria a unir-se a luta pelo direito à terra, surgem propostas de criar escolas em seus acampamentos e assentamentos, com vista a transmissão entre gerações futuras de ideologias contra hegemônicas e de repúdio a opressão vivida pelos povos do campo, marginalizados e estereotipados como indivíduos inferiores. É a partir desse ideário, que emergem as pressões populares das organizações sindicais dos movimentos, por políticas públicas educacionais com perspectiva reparatórias de processos discriminatórios dos sujeitos do campo, aqui sendo entendido políticas públicas como ações práticas governamentais de assistência e promoção do bem-estar social.

Conforme Freitas (2011), a partir de congressos como 1º Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (1º ENERA-1997) e assembleias estaduais realizadas em 1998 “Por uma Educação Básica do Campo”, surge a Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo, que pensa em propostas específicas de políticas públicas para os povos do campo, tendo como primeira conquista o surgimento das Diretrizes Operacionais para Educação Básica do Campo, implementada pelo Conselho Nacional de educação no parecer CNE/CEB nº 36/2001 e institucionalizada pela resolução CNE/CEB nº 1/ 2002.

A partir desses eventos, surgem uma tríade de propostas de políticas públicas, que se efetivaram e promoveram uma melhoria educacional significativa no campo, o Programa

Nacional de Educação e Reforma Agrária (PRONERA-1998), que objetiva uma implementação e fortalecimento de projetos educacionais em acampamentos e assentamentos rurais, efetivando-se como política pública para campo, através do Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO-2007), que tem parceria com algumas universidades públicas, em prol de promover abertura de bolsas para formação de educadores para atuarem no campo, ofertando uma boa qualidade de ensino para educação básica e por último, porém, tão importante quanto os demais, o Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO-2013), institucionalizado por meio do Decreto nº 7.352, e da portaria nº 86, de 1º de fevereiro de 2013, o qual estabelece “[...] como propósito, oferecer apoio financeiro e técnico para viabilização de políticas públicas no campo.” (SANTOS; SILVA, 2016, p. 07).

EDUCAÇÃO DO CAMPO X EDUCAÇÃO RURAL

A educação do campo rompe com a perspectiva de uma educação estruturada a partir de ideologias urbanas, como enfatizam Bernardi e Kuhn (2020):

A educação do campo vai ao encontro dos sujeitos do campo, da identidade do lugar em que está inserida e é organizada a participação dos que a frequentam, enquanto a escola rural é “dada” aos sujeitos que vivem na área rural. (p. 06).

Por conseguinte, a mudança paradigmática de educação rural para educação do campo, parte de dentro dos movimentos sociais, que não mais admitem a situação de subserviência, e o enquadramento em um modelo criado fora de sua realidade cultural, estigmatizados como indivíduos que vendem sua força de trabalho e produzem apenas matéria-prima.

A Educação do Campo é um novo paradigma que vem sendo construído por esses grupos sociais. Esse paradigma rompe com o paradigma da Educação Rural, que tem como referência o produtivismo, ou seja, o campo somente como lugar da produção de mercadorias e não como espaço de vida. (FERNANDES; MOLINA, 2004, p. 10).

Portanto a educação rural é um modelo educacional produzido a partir de idealizadores que vivem em um outro espaço de vida, a cidade, que veem o campo por uma ótica diferente, unidimensional e atrelada aos processos primários de produção, todavia, emerge a educação do campo, produzida pelos próprios indivíduos do campo, que lutam

contra hegemonia cultural dominante e os sistemas de opressão, se tratando da política expansionista e excludente dos ideais político-econômicos do agronegócio.

. “O paradigma da Educação do Campo nasceu da luta pela terra e pela reforma agrária.” (FERNANDES; MOLINA, 2004, p.13). Sendo entendido paradigma como verdades científicas sobre determinado conjunto de problemas-soluções. “Nesse sentido os paradigmas são territórios teóricos e políticos que contribuem para transformar a realidade.” (FERNANDES; MOLINA, 2004, p. 03).

O CONTEXTO SOCIAL DAS ESCOLAS DO CAMPO NA CIDADE DE TUCANO-BA

A educação é uma construção sócio-política que se estabelece como ferramenta de dominação ideológica, pensando por esse viés e o contexto histórico de formação educacional brasileiro, a educação sempre esteve a serviço de uma classe dominante, que propõe mecanismos educativos com traços alienantes, pois, as práticas educativas das instituições de ensino tem caráter reprodutor, fugindo ao máximo da formação crítica, porém, ao passo que esses ideais vão sendo posto em questão, as práticas pedagógicas se ressignificam, e na contemporaneidade já se fala na formação educacional voltada para o desenvolvimento da autonomia, atitudes e comportamentos críticos, diante dos dilemas enfrentados pela sociedade, nesse âmbito pensa-se na formação de sujeitos com princípios éticos e morais, capazes de se expressar criticamente e democraticamente.

Por muito tempo a educação rural reinou sobre os povos do campo, somente a partir da ascensão dos movimentos sociais é que esse paradigma, foi sendo superado, dando margem para o surgimento de novas práticas pedagógicas, que valorizem a realidade cultural, política e econômica do meio rural, e esses novos princípios educacionais vão sendo ratificados por meio de legislações e políticas públicas específicas. Então em se tratando das escolas do campo da região de Tucano-BA, nota-se resquícios da educação rural, já que os currículos das instituições de ensino do campo comungam aspectos da estrutura curricular dos centros urbanos, mas, não somente os currículos expressam isso, a desvalorização de escolas rurais é um engodo vivenciados por alunos das comunidades do campo, que são obrigados a se locomoverem em um dado momento das etapas escolares até as cidades, por que são nesses espaços que são ofertados algumas modalidades de ensino e estágios da educação básica, sendo que de acordo com RESOLUÇÃO CNE/CEB 1, DE 3 DE ABRIL DE 2002, previsto pelo art. 3º cabe ao:

O Poder Público, considerando a magnitude da importância da educação escolar para o exercício da cidadania plena e para o desenvolvimento de um país cujo paradigma tenha como referências a justiça social, a solidariedade e o diálogo entre todos, independente de sua inserção em áreas urbanas ou

rurais, deverá garantir a universalização do acesso da população do campo à Educação Básica e à Educação Profissional de Nível Técnico. (CNE/CEB, 2002, p. 01).

Desse modo, para que os documentos normativos sejam efetivados, necessita-se de uma regularização pública específica e uma valorização dos profissionais do campo, no que concerne ao exercício de sua atividade profissional, dando as oportunidades para atuação docente no campo, ou seja, os Municípios e Estados oferecerem aos professores de origem do campo e/ou formados no ensino superior na área de Educação do Campo, trabalhos nessas instituições de ensino, afim de proporcionar um processo de ensino-aprendizagem mais significativo para os alunos do meio rural.

Outra prerrogativa a pontuar é com relação ao trajeto dos discentes das comunidades locais até as escolas dos centros urbanos, que se deparam com problemas de infraestrutura das estradas e dos transportes escolares, pois, os veículos comportam alunos para além do limite da capacidade de pessoas, e em períodos chuvosos esses dilemas se acentuam de tal forma, que transcendem a falta de respeito e solidariedade por parte dos órgãos públicos, ferindo assim os direitos humanos. Ademais os alunos com deficiência, tem bastante dificuldade nesse processo de transição, devido a inadequação dos transportes escolares, que não são adaptados para acolher esse público da educação especial. Com relação a legislação dos transportes escolares a Constituição Federal de 1988, estabelece no Art., 208: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde”. (CF, 1988).

No que compete a legislação da Lei de Diretrizes e Bases para Educação (LDB-1996) “Art. 10. Os Estados incumbir-se-ão de: VII - assumir o transporte escolar dos alunos da rede estadual. Art. 11. Os municípios incumbir-se-ão de: VI - assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal” (BRASIL, 1996).

No que se refere as especificidades das legislações de transporte público educacional do campo, vários programas de apoio foram criados, a exemplo o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE- instituído pela Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004), em que estabelece a garantia de acesso e permanência do alunado a rede de ensino fundamental, sendo mais tarde ampliado o serviço para a educação básica, esse objetivo se concretiza por meio do repasse financeiro feito aos Estados, Distrito federal e Municípios. Além disso o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) concede crédito bancário por meio do Programa Caminho da Escola, criado através Resolução nº 3, de 28 de março de 2007, para aquisição de novos veículos pelos Estados e Municípios, com intuito de promover uma linha de transporte de qualidade e conforto para alunos do campo.

A estrutura física e pedagógica das escolas do campo perpassam por esses problemas, devido muitas instituições de ensino não apresentam recursos didáticos como bibliotecas, salas multifuncionais, profissionais de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e quadras esportivas, salientando que os alunos que apresentam Necessidades Educacionais Especiais (NEE), são transferidos para um núcleo especializado da sede, o Centro de Atendimento Multifuncional de Tucano (CAMUT), o que provoca transtornos para os alunos da zona rural, já que necessitam deslocar-se de suas comunidades sem segurança e infraestrutura logística de transporte, sendo que o Estado e o Município deveriam ofertar essas ferramentas educacionais na própria escola do campo, evitando essas adversidades.

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP-2020), o Catálogo Escolar do Município de Tucano-BA, apresenta 71 escolas entre urbanas e rurais, com dependência administrativa municipal e estadual, dentro desse panorama 49 são localizadas na zona rural, demonstrando a primazia das escolas do campo, ressaltando ainda que nem todas essas escolas das zonas rurais ofertam o ensino médio e fundamental II, necessitando fazer a migração para escolas localizadas nos centros urbanos, mas, que recebem um contingente de alunos do meio rural, e assim consideradas escolas do campo, a definição de escola do campo, transcende a mera localização, e está intimamente ligada aos ideais de valorização dos aspectos culturais do campo e a luta por justiça social da terra. Segundo as Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo no art. 2º parágrafo único “A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, [...]” (CNE/CEB, 2002, p. 01).

A displicência com as escolas do campo é advindo do estigma da educação rural e da repressão pelos movimentos sociais, visto que a educação do campo emergiu de dentro das organizações sindicais, esse percalço é perceptível quando analisado o número de escolas do Município em paralelo ao número de escolas fechadas, o que vem mostrar a dificuldade enfrentada por essa população que vive a margem dos centros urbanos e carregam o estereótipo de um povo subordinado a lógica e o modo de vida da cidade, que por sua vez tem suas práticas culturais inferiorizadas e reprimidas por uma filosofia de vida pautada no capitalismo.

Com efeito, da visão dicotômica, que tem a cidade como o ideal de desenvolvimento a ser por todos alcançado, e o rural como a permanência do atraso, no Brasil, mormente tem se produzido políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico e social em franco privilégio ao espaço humano citadino ou, mais que isso, em detrimento da vida no meio rural. As políticas voltadas ao meio rural são traçadas no sentido de extrair do campo o máximo de benefício em favor da vida na cidade, ou então, no sentido de urbanizar o espaço rural. (MUNARIM, 2006, p. 20).

No quadro abaixo o número de escolas fechadas nas áreas rurais contabilizam o processo de nucleação que ocorre no campo, em que escolas são fechadas, com o discurso de que a comunidade não apresenta a quantidade de alunos ideais para o funcionamento dessas instituições de ensino, escamoteando o corte de recursos financeiros repassados pelas unidades federativas para o Município, outra questão importante são as salas multisseriadas em que sobrecarrega o professor e prejudica os alunos em seu processo de ensino-aprendizagem.

Quadro 1 Escolas paralisadas, 2020.

Escola	Município	Localização	Restrição de Atendimento
Escola Municipal Graciliano Ramos	Tucano	Rural	Escola paralisada
Escola Municipal Padre Joao Damasceno Penha	Tucano	Rural	Escola paralisada
Escola Municipal Joao Dantas	Tucano	Rural	Escola paralisada
Escola Municipal Jose Martins de Roma	Tucano	Rural	Escola paralisada
Escola Municipal Papa Joao XXIII	Tucano	Rural	escola paralisada
Escola Municipal Nilson Calazans Moraes	Tucano	Rural	Escola paralisada
Escola Municipal Santa Luzia	Tucano	Rural	Escola paralisada
Escola Municipal São Felix	Tucano	Rural	Escola paralisada
Escola Municipal São Mateus	Tucano	Rural	Escola paralisada
Escola Municipal Anselmo Bispo dos Santos	Tucano	Rural	Escola paralisada

Fonte- INEP, (Orgs.); Matos; Santos, 2021.

Dentre todas as escolas do Município, de acordo com INEP (2020) as únicas unidades de restrição de funcionamento foram referentes as escolas da zona rural, o que implica em questionamentos levantados e discutidos anteriormente, como descaso com as instituições de ensino do Campo. Ademais vale ressaltar o infortúnio gerado por esse abandono assistencial das escolas rurais, sendo um dos indicadores da evasão escolar no campo, devido as estruturas pedagógicas serem uma extensão dos currículos urbanos, sendo feita pequenas alterações ou até mesmo sem nenhuma adequação ao contexto das comunidades, a precariedade do sistema de transporte, merenda e de ferramentas didáticas são outros dilemas que materializam a displicência para com as escolas do campo.

Com relação a educação contextualizada Scherer-Warren (2006, p. 129) aponta para a necessidade de “tratar o aprendizado do sujeito-ator, a partir de sua inserção em cenários socialmente contextualizados, exige considerar as dimensões tratadas acima: suas histórias de vida, seus territórios de referência e suas formas de sociabilidade.” Portanto é relevante destacar que a educação descontextualizada é uma das causas da evasão escolar, devido primar por um modelo educacional que privilegie determinados aspectos em detrimento de outros, isso fica evidente se ponderar sobre a educação rural, que carrega todo esse rotulo da desvalorização dos aspectos culturais do campo, advindo de estratégias de modernização e de aculturamento dos sujeitos do campo, com o passar do tempo essas ideias foram superadas, através da pedagogia do movimentos sociais, que deu ênfase a um modelo educacional pautado na vivencia do sujeito do campo.

Quadro 2 Números de Matrículas, 2017, 2018, 2019 e 2020.

CENSO ESCOLAR	MUNICÍPIO-UF	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	ETAPAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	Nº MATRÍCULAS
2017	TUCANO-BA	ESTADUAL	ANOS INICIAIS	
		MUNICIPAL		3.756
		ESTADUAL	ANOS FINAIS	112
		MUNICIPAL		3.210
		ESTADUAL	ENSINO MÉDIO	1.744
		MUNICIPAL		
2018	MUNICÍPIO-UF	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	ETAPAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	Nº MATRÍCULAS
		ESTADUAL	ANOS INICIAIS	
		MUNICIPAL		3.621
		ESTADUAL	ANOS FINAIS	
		MUNICIPAL		3.197
		ESTADUAL	ENSINO MÉDIO	1.570
		MUNICIPAL		
2019	MUNICÍPIO-UF	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	ETAPAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	Nº MATRÍCULAS
		ESTADUAL	ANOS INICIAIS	
		MUNICIPAL		3.442
		ESTADUAL	ANOS FINAIS	
		MUNICIPAL		3.073
		ESTADUAL	ENSINO MÉDIO	1.464
		MUNICIPAL		
2020	MUNICÍPIO-UF	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	ETAPAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	Nº MATRÍCULAS
		ESTADUAL	ANOS INICIAIS	
		MUNICIPAL		3.287
		ESTADUAL	ANOS FINAIS	
		MUNICIPAL		2.969
		ESTADUAL	ENSINO MÉDIO	1.418
		MUNICIPAL		

Fonte- INEP, (Orgs); Matos; Santos, 2021.

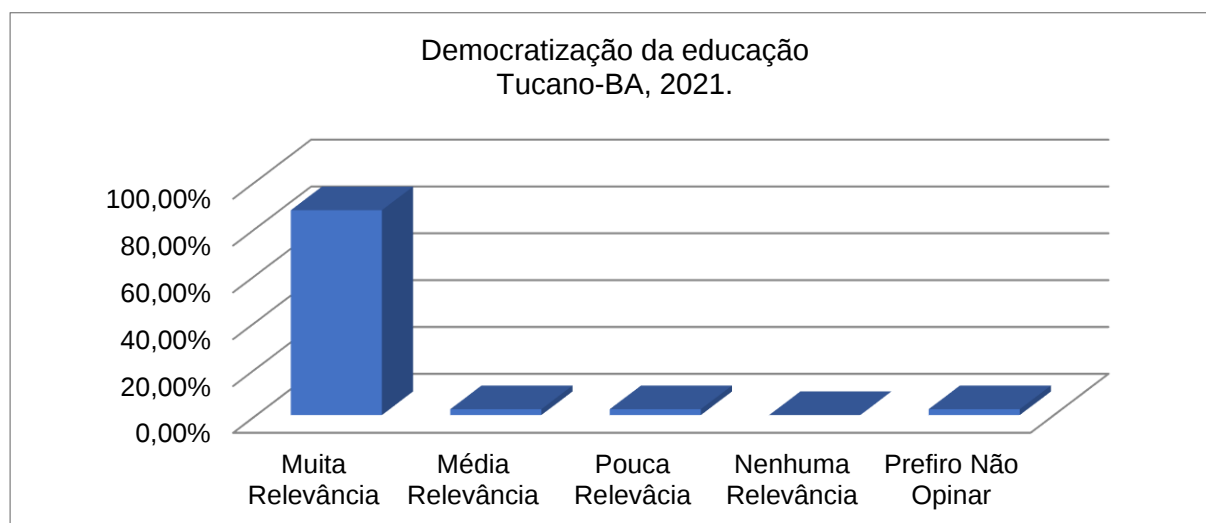
O quadro acima relata uma redução nos números de matrículas referente ao ensino médio, de 326 alunos entre 2017 à 2020, isso implica que houve uma evasão escolar, demonstrando que os alunos não passam do ensino fundamental II, esses índices são indicadores de uma educação defasada, ou seja, métodos de ensino tradicionais. Com referência as unidades de ensino do campo, outros fatores são postos em questão como a distância dos povoados até as escolas do ensino médio localizadas na sede, com exceção ao Distrito de Caldas do Jorro, no qual localiza-se uma instituição de nível médio, todavia,

geograficamente falando, é próximo da sede do Município, e com isso permanece o mesmo engodo, a infraestrutura do transporte e das estradas, e o uso de metodologias de ensino fora de contexto, propiciam o distanciamento dos alunos do campo da educação de qualidade, tendo como problemática a falta de respeito aos princípios éticos e morais, estabelecidos pelos órgãos normativos de universalização da educação, que congrega sobre o acesso e permanência dos alunos ao sistema educacional.

Um dado a se ponderar é com relação ao número de alunos que não chegam ao ensino médio, a cada ano que passa os números de matrículas diminuem e a problemática da evasão escolar persiste, segundo os dados analisados do INEP-2020, esta queda nos números de matrículas ocorre nos outros estágios da educação básica, sendo explicitado a indiferença com esse público alvo da educação do campo, cabe aos gestores públicos do Município encarar essa problemática e encontrar soluções para que alunos e indivíduos do campo tenham seus direitos de cidadania respeitados e valorizados perante a sociedade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Gráfico 1 Aspectos importantes da pedagogia dos movimentos sociais, 2021.



Fonte: Matos; Santos, 2021.

Os dados acima demonstram a notoriedade dos movimentos sociais na construção de uma sociedade pautada na democracia e na busca pela efetividade dos direitos humanos, em se tratando do contexto educacional os ganhos são bem significativos e mais ainda se ponderar sobre a superação de paradigmas tradicionais da educação do campo, que em um dado momento da história, tiveram seus valores culturais inferiorizados, apresentando propostas educacionais fora de contexto e com aspectos curriculares urbanos. A pesquisa realizada com professores da educação do campo atenta-se para o surgimento da valorização das estruturas materiais e imateriais desse espaço por parte desses docentes e do sistema

educacional de modo geral, entendendo como território de criação e recriação de valores culturais, que devem ser respeitado e dentro da coletividade resistir por uma educação de qualidade, contextualizada e significativa. Diante disso uma das pessoas entrevistadas relata que:

[...] algum tempo atrás a escola tinha um modelo de educação, como a gente diz na nossa linguagem um modelo tradicional, era aquele modelo que visava desenvolver no seu educando, apenas o ler, o escrever, o calcular e o desenhar, mas de certa forma não tinha a preocupação de fazer com que o educando se tornasse um cidadão crítico, cidadão pensante e um cidadão atuante nas diversas esferas da sociedade [...] (DOCENTE 01, 2021).

Desse modo, houve uma mudança paradigmática das práticas educativas e uma maior valorização do contexto social do educando, sendo de suma importância o reconhecimento da cultura e dos aspectos estruturais do meio em que o discente está inserido, dando abertura, dessa forma, para a construção da identidade do aluno de acordo com meio social em que ele vive, seja cidade ou campo, salientando a conectividade desses dois espaços, e com isso procurar romper com ideias dicotômicas entre urbano e rural.

Apesar das mudanças significativas com relação a superação de ideologias discriminatórias dos sujeitos do campo e dos mecanismos pedagógicos referentes a educação do campo, os problemas já citados de infraestrutura de transportes e escassez de recursos pedagógicos persistem e assolam a educação do campo, deixando muitas comunidades escolares em situações precárias, tornando o ensino um entrave para esses professores, os quais buscam metodologias diferenciadas para suprir a falta de ferramentas e interesse desses alunos. Assim relata uma professora do Município de Tucano-BA:

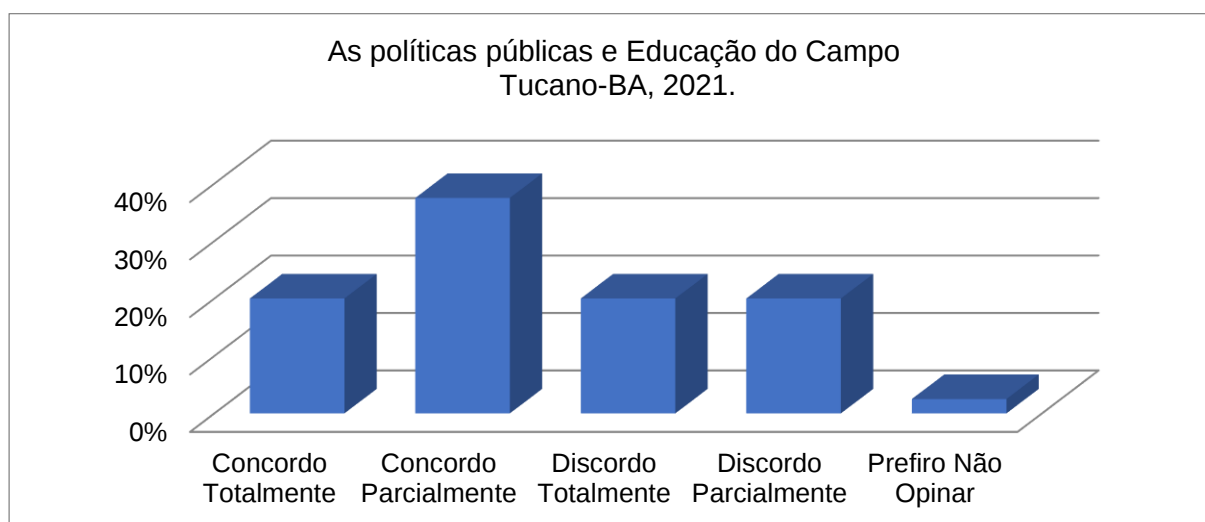
Os desafios enfrentados pelos estudantes da zona rural são terríveis. Falta material nas escolas, o transporte que é oferecido para as populações do campo é um transporte de péssima qualidade, não tem a menor infraestrutura. Aqui em Tucano, nos períodos chuvosos, os alunos perdem aula porque não tem condições do ônibus trafegar por causa das péssimas condições das estradas. (DOCENTE 02, 2021).

Dessa forma vale salientar que o descaso com as escolas do campo e com esse público alvo, fere as leis e diretrizes educacionais, a Constituição Federal 1988, e os princípios assinalados pelos direitos humanos, que de forma clara prega por uma educação de qualidade e universal. Diante disso os movimentos sociais lutam por políticas públicas e programas de apoio aos sujeitos do campo, com vista a reparação de práticas de exclusão e negligências ao longo do itinerário histórico da educação no Brasil.

A produção pedagógica dos movimentos sociais aponta para uma educação que reforce os princípios da liberdade, das autonomias dos sujeitos, da construção de condições democráticas e solidárias, compreendendo o campo como o lugar do pensar diverso, do exercício de saberes e de temporalidades, da resistência, do compartilhamento de sonhos e utopias, de recriação de pertencas e identidades, da valorização e emergência da cultura camponesa. (DOCENTE 03, 2021).

Portanto, pensar a educação do campo é atentar-se contra um modelo de sociedade totalmente impregnado de preconceitos, é resistir ao avanço do capitalismo no campo, que impõe uma lógica de mercado ao meio rural, e estratifica cada vez mais o espaço social, caracterizando os sujeitos do campo como atrasados e reduzindo sua realidade a unidimensionalidade econômica.

Gráfico 2 Políticas públicas e Educação do Campo, 2021.



Fonte: Matos; Santos, 2021.

Frente aos dados do gráfico acima, é possível observar que uma parte considerável das pessoas que participaram da pesquisa concorda em partes que as políticas públicas são suficientes para proporcionar aos educandos do campo uma educação com qualidade universal, o que leva a constatar que ainda é necessário medidas serem tomadas para que a educação possa transformar mais e mais vidas.

No entanto, é preciso ponderar que apesar de todas as mudanças pelas quais a educação tem passado, ainda existem muitas questões que precisam ser revistas, e que providências sejam tomadas para resolver e/ou amenizar tais questões, como a qualidade do ensino ofertado aos estudantes, levando em consideração o transporte utilizado pelos discentes para chegar à instituição de ensino, como também a infraestrutura do ambiente estudantil.

Na grande maioria dos municípios do Brasil, a educação do campo é tratada com descaso e ampliam-se cada vez mais os problemas, tais como: analfabetismo, evasão escolar de crianças, adolescentes e jovens; escolas que não existem, defasagem idade-série, repetência e reprovação, conteúdos inadequados reveladores de currículos ocultos discriminatórios com os povos do campo, titulação, salários e carreiras de professores não existem, professores leigos que atuam como contratos temporários e a cultura político-pedagógica de que a escola rural deve estar isolada em classes multisseriadas. (NASCIMENTO, 2009, p. 159).

Desse modo, por conta de tanto descaso para com a educação, principalmente a do campo, é que surgem inúmeras consequências negativas, as quais contribuem para que outros problemas sejam desencadeados, fazendo com que a educação ofertada seja de má qualidade, tudo por conta de descasos de governantes que só pensam em benefícios para si próprios e para os seus, e não para a população de um modo geral.

Com base nisso, é possível perceber que a educação já é excludente antes mesmo de ser ofertada. E que essa exclusão e descaso são fatores que refletem de forma negativa na sociedade, pois, alguns cidadãos por falta de uma educação de qualidade acabam por não terem um bom senso crítico, tornando-os mais “manipuláveis”, fazendo com que esses mesmos cidadãos vendam um dos maiores poderes que têm, que é o do voto. Em muitos casos, por sacos de cimento, telhas, blocos e entre outros materiais e/ou serviços.

Com relação aos transportes que os estudantes utilizam para se locomover até as escolas, uma das docentes da cidade de Tucano disse que:

Muitas vezes os alunos são submetidos a verdadeiras aventuras para chegar à escola. Ônibus em péssimo estado de conservação, lotados, estradas, muitas vezes, intransitáveis. Quando chegam à escola já estão cansados, estressados, e acaba muitas vezes, não assimilando e perdendo todo o interesse no conteúdo... Há muita diferença entre o aluno da sede e o aluno do campo, e que a gente (nós professores) tem que levar em consideração tudo isso. (DOCENTE 04, 2021).

Vale salientar, que para se ofertar uma educação de qualidade é preciso investimentos principalmente: Investimentos na formação continuada de professores é algo primordial para que assim a educação de qualidade seja proporcionada aos estudantes. Até porque, com o passar do tempo muitas mudanças vão acontecendo, e a formação continuada é uma das formas de “atualizar” os educadores sobre as transformações que acontecem no mundo.

Todavia, também precisa haver investimentos na estrutura dos ambientes escolares, na infraestrutura das estradas e dos transportes para que os alunos da zona rural ou não, possam chegar até a instituição de ensino de uma forma confortável e entre outros setores. Para que assim seja possível proporcionar aos estudantes uma aprendizagem significativa e

transformadora. Um dos docentes entrevistados falou que aprendizagem significativa: “é aquela que vai permitir que aluno coloque em prática o que ele aprendeu. E também transformar aquilo que ele já sabia, conseguir solucionar problemas e melhorar sua vida”.

Portanto, para que os professores(as) possam transformar o mundo pela educação, é preciso que haja contribuições de várias áreas: a familiar, política, econômica e entre outras. Pois, só a formação continuada, ou uma boa infraestrutura nos ambientes estudantis, não são suficientes para ofertar, de fato, uma educação de qualidade e também inclusiva. Muitos educadores(as), em muitos casos, ficam sem saber quais atitudes devem ter mediante a situações como a falta de merenda escolar para os estudantes, a falta de transporte seguro para eles e entre outros fatores que contribuem significativamente para a desistência dos estudos por parte desses discentes. Fazendo com que a evasão escolar ganhe cada vez mais espaço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, foi possível observar que as metodologias ativas são formas inovadoras de ensino-aprendizagem, no entanto, para que elas possam ser realmente eficazes é preciso que inúmeros fatores sejam ponderados, como foi mencionado antes, a infraestrutura do ambiente escolar, o transporte utilizado pelos educandos, os investimentos na formação continuada de professores e entre outras. Pois, é praticamente impossível mudar o mundo pela educação se não for mudada a forma que o processo de ensino-aprendizagem ocorre. É como querer vestir uma roupa tamanho 30 em uma pessoa que usa 44, a roupa pode até entrar, mas provavelmente vai rasgar em algumas partes, além de ficar muito apertada e consequentemente desconfortável, se tornando imprópria para uso.

Ademais, o mesmo olhar é preciso ter para com a educação, mesmo que as metodologias extremamente tradicionais ainda sirvam para ensinar, elas não são mais capazes de proporcionar a mesma aprendizagem que antes. Até porque o mundo vem mudando constantemente. Vale lembrar que a geração atual é bem antenada e uma boa parte, ou todos(as), se sentem atraídos(as) pelas tecnologias e as facilidades proporcionadas por elas. Claro que, infelizmente, não são todas as pessoas que podem ter acesso a ferramentas tecnológicas por conta da condição financeira, todavia, é impossível negar as facilidades que tais ferramentas são capazes de proporcionar para o cotidiano de muitas pessoas.

Além disso, é importante salientar que algumas pessoas da zona rural da cidade de Tucano-BA, enfrentam situações que contribuem para o não acesso às ferramentas tecnológicas, um bom exemplo é por conta da falta de energia elétrica em alguns locais, já que muitos aparelhos não são produzidos para serem utilizados em locais que fazem o uso

da energia solar. E nos locais que possuem energia elétrica, ainda assim é complicado para as pessoas conseguirem utilizar um aparelho celular por conta da falta de sinal para fazer uma ligação ou até mesmo para utilizar os dados móveis do celular.

Os estudantes, desse modo, muitas vezes ficam sem fazer alguns trabalhos escolares e/ou pesquisas solicitadas pelos professores(as) por conta desses fatores. Por esses motivos, que é muito importante os educadores(as) levarem em consideração a realidade dos estudantes antes de solicitar atividades para os mesmos. Pois, em alguns casos, é necessário fazer uma adaptação do que o docente for pedir para seus estudantes, para que assim a aprendizagem ofertada tenha igualdade e equidade, e principalmente, seja inclusiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 22 fev. 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Texeira (Inep). Catálogo escolar. Brasília, 2020.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, **LDB**. 9394/1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 21 fev. 2021.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, p. 32, 9 abr. 2002. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13800-rceb001-02-pdf&category_slug=agosto-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 22 fev. 2021.

BERNARDI, N. M. F.; KUHN, M. A Sucessão Familiar Rural (Im) Possibilidades da Escola no Campo do Município de Barra Bonita (SC). **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 5, p. e8426-e8426, 2020. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo/article/view/8426>. Acesso em: 07 abr. 2021.

DANTAS, D. S. **Aprendizagem significativa e letramento**: um novo olhar sobre o ensino de gramática no ensino fundamental. Cajazeiras: UFCG, 2017, 57 f. Monografia (Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa). Universidade Federal de Campina Grande.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LOPES, S. R.; CAVALCANTI, C. R. Perspectivas e dilemas da política de formação de educadores do campo diante do ultraconservadorismo. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 5, p. e10839-e10839, 2020. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo/article/view/10839>. Acesso em: 07 abr. 2021.

MOLINA, M. C.; ANTUNES ROCHA, I. Educação do Campo: história, práticas e desafios no âmbito das políticas de formação de educadores–reflexões sobre o PRONERA e o PROCAMPO. **Reflexão e Ação**, v. 22, n. 2, p. 220-253, 2014. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/5252>. Acesso em: 10 jan. 2021.

MOLINA, M. C.; FREITAS, H. C. A. Avanços e desafios na construção da Educação do Campo. **Em Aberto**: Brasília, v. 24, n. 85, p. 17-31, 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/manoe/Desktop/ARTIGO%20COM%20ERA/Educa%C3%A7%C3%A3o%20do%20Campo.pdf>. Acesso em: 24/jan/2021.

FERNANDES, B. M.; MOLINA, M. C. O campo da Educação do Campo. In: Mônica Castagna Molina; Sonia Meire Santos Azevedo de Jesus. (Org.). **Por uma Educação do Campo**. 1 ed. Brasília: NEAD, 2004, v. 5, p. 53-89.

FREITAS, H. C. Rumos da Educação do Campo. **Em aberto**: Brasília, v. 24, n. 85, p. 35-49, abr. 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/manoe/Desktop/ARTIGO%20COM%20ERA/Educa%C3%A7%C3%A3o%20do%20Campo.pdf> Acesso em: 24/jan/2020. Acesso em: 16 jan. 2021.

MORÁN, J. Mudando a educação com metodologias ativas. Coleção mídias contemporâneas. **Convergências midiáticas, educação e cidadania: aproximações jovens**, v. 2, n. 1, p. 15-33, 2015. Disponível em: <https://www.uniavan.edu.br/uploads/arquivo/N62vWDM7yb.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2020.

MUNARIM, A. Elementos para uma política pública de Educação do Campo. In: Mônica Castagna Molina (Org.). **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão**. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006, p. 16-26.

NASCIMENTO, C. G. **Educação do campo e políticas públicas para além do capital: Hegemonia em disputa**. 2009. 321 f. 2009. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em educação)–Programa de Pós-Graduação UnB, Universidade de Brasília, Brasília.

RODRIGUES, H. C. C.; BONFIM, H. C. C. A educação do campo e seus aspectos legais. In: **XIII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO-EDUCERE, IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, SUBJETIVIDADE E EDUCAÇÃO–SIRSSE E O VI SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE (SIPD/CÁTEDRA UNESCO)**. 2017. P. 1373-1387. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/25287_12546.pdf&ved=2ahUKEwjV6OTa3NDuAhXeHbkGHSavB6EQFjAAegQIGhAB&usg=AOvVaw1awwCLuT7_-hhddT2f2Qlh. Acesso em: 04 fev. 2021.

REIS, M. S. **Metodologias ativas como proposta pedagógica no processo de formação em Administração**: diálogo entre uma prática pedagógica e a percepção dos alunos. Pouso Alegre: UNIVÁS, 2018, 148 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Vale do Sapucaí.

SANTOS, R. B.; SILVA, M. A. Políticas públicas em educação do campo: Pronera, Procampo e Pronacampo. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 10, n. 2, p. 135-144, 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/manoe/Desktop/ARTIGO%20COM%20ERA/pronera,%20procampo,%20pronacampo.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2021.

SCHERER-WARREN, I. Para uma metodologia de pesquisa dos movimentos sociais e educação no campo. In: Mônica Castagna Molina (Org.). **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão**. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006, p. 118-132.

SOARES, J. F.; ALVES, M. T. G. Desigualdades raciais no sistema brasileiro de educação básica. **Educação e pesquisa**, v. 29, n. 1, p. 147-165, 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S151797022003000100011&script=sci_abstract&lng=es. Acesso em: 07 fev. 2021.